

## **01. RESISTÊNCIAS À IDEIA DE ILEGALIDADE AMBIENTAL EM OLARIAS DO POVOADO RIO DAS PEDRAS**

Gregorio Cerqueira Schettino<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este artigo é um fragmento de uma dissertação de mestrado em sociologia<sup>2</sup>, defendida em 2014, da Universidade Federal de Sergipe/UFS que estudou as dinâmicas das relações de formação das identidades dos trabalhadores oleiros do povoado Rio das Pedras. A parte tratada aqui é a recusa dos oleiros ao estigma de degradadores ambientais que surge com a criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI). Partimos da ideia de que o grupo dominado constrói um discurso concorrente contra o discurso dominante onde eles aparecem de forma negativa. Ao final do trabalho foi possível perceber, na fala dos oleiros e da comunidade, uma justificativa ao possível crime ambiental.

Em nossa pesquisa usamos, principalmente, os conceitos de identidade relacional de Dubar e Stuart Hall e de estigma de Goffman, além do conceito de hibridismo de Canclini que abarca tanto a mistura cultural como a disputa simbólica entre dominados e dominantes.

### **1. O Parque Nacional Serra de Itabaiana e o debate sobre desenvolvimento socioambiental.**

Em 2005 foi implementado o PARNASI, uma unidade de conservação (UC) que engloba as Serra de Itabaiana, Serra do Bauzinho, Serra de Cajaíba e Serra Comprida. A área se estende pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d’Ajuda, Campo do Brito e Malhador (MMA, 2011). No entorno dos seus limites se

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia/UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP. [gregcs87@gmail.com](mailto:gregcs87@gmail.com).

<sup>2</sup> Processos Identitários e a Recriação de Desigualdades Sociais no Entorno de uma Unidade de Conservação: um Estudo Sobre os Oleiros do Povoado Rio Das Pedras.

encontram diversas residências, fazendas e povoados. Com a criação do Parque foi introduzido na localidade uma nova legislação que regula os usos dos recursos naturais da área, alterando certas atividades e a relação da população do entorno com a natureza. Principalmente grupos que tem como meio de subsistência atividades laborais que usam recursos como insumos, o que vem ocasionando conflitos entre alguns moradores, como agricultores, pecuaristas, extrativistas de pedra e oleiros, com os órgãos ambientais. (ENNES, 2010; ENNES et al, 2009; SCHETTINO et al, 2009). Essa situação de conflito é o oposto da proposta de um parque nacional, pois este com uma flexibilidade maior que outras modalidades de unidades de conservação, como as estações ecológicas, visa diminuir tais conflitos com a população local (SNUC, 2000).

As experiências com as criações de parques ecológicos foram mostrando que o conceito de áreas intocadas, livres de ações antrópicas, e a ideia de que comunidades tradicionais sejam ecologicamente sustentáveis não corresponderiam à realidade (DIEGUES, 1996; 1994). A partir dessas experiências se entendeu que não se pode eliminar a população das áreas do entorno de US e que sempre é necessário a participação da comunidade, tradicional ou não-tradicional, no projeto de conservação das áreas de preservação. O maior desafio das UC's é exatamente atender as necessidades da comunidade em utilizar seus recursos sem, no entanto, comprometer os ecossistemas locais (SACHS, 2002).

Diegues (1996) aponta que não existe uma região de preservação ambiental que esteja livre da presença humana, logo é ilusório criar uma reserva completamente isolada de ações antrópicas. Então toda implementação de uma Unidade de Conservação, deve levar em conta as consequências para as comunidades do entorno no seu planejamento. Inclusive, a população deve ter voz dentro do processo de planejamento e gestão das unidades (SACHS, 2002). O argumento de Sachs (2002) é de que não se pode pensar em desenvolvimentos sustentáveis sem uma gestão participativa com as comunidades envolvidas. Para criar subsídios à gestão deve-se abarcar o âmbito social e não somente o técnico.

Um dos povoados que se localiza próximo ao Parque é o povoado do Rio das Pedras, o maior povoado do município de Itabaiana, já é estudado pelo GEPPIP desde 2007 e também é onde se encontra o grupo de trabalhadores que é tratado nesta pesquisa. De modo que o recorte realizado nesta pesquisa foram os oleiros do povoado

Rio das Pedras, onde verificamos as alterações nos valores e representações que são partes constituintes dos processos identitários.

O mundo dos homens é formado por signos, imagens e ideias que são necessárias para fazer intermédio entre o homem e o mundo, com os demais indivíduos e para o autoconhecimento (MORIN, 1991), ou seja, o homem se utiliza das ideias, culturas, linguagens, teorias e conhecimentos para compreender o mundo exterior. As pessoas precisam das ideias assim como de água ou de comida, não existem comunidades ou grupos que não se utilizam de ideias para realizarem suas atividades. As ideias são como sistemas que interagem com a realidade do mundo e com outras ideias, entretanto possuem mecanismos de defesa.

Toda ideia nova que coloca em “cheque” velhas ideias que são pilares para a organização de um grupo social, segundo Morin (1991), sofre resistência. A ideia de que os trabalhos do entorno são os degradadores da natureza coloca todo o significado e a ideia que engloba o trabalho nesta comunidade em suspensão, o que consequentemente sofrerá resistências.

A ideia que as olarias são causadoras de impactos ambientais abala as relações de orientação identitárias em torno das relações laborais dos oleiros, entendemos aqui identidade como relacional para estudar o estigma que o grupo de oleiros recebe.

O conceito de identidade aqui utilizado é entendido como um processo de construção e reconstrução dentro das relações sociais sendo plurais, dinâmicas e fragmentadas (HALL, 2002; WOODWARD, 2011; SILVA, 2011); este conceito só começou a ser pensado devido ao aumento da dinâmica das sociedades modernas. Dinâmica essa que será exacerbada na sociedade do pós-guerra, período em que Stuart Hall (2002) denominou de modernidade tardia.

As principais vertentes que existiam sobre identidade, que perduraram até a metade do século XX, tinham origem em abordagens filosóficas que concebiam como prerrogativa a existência de uma essência ou um *ETHUS* que o indivíduo possuía e perdurava sem alteração durante toda sua vida (DUBAR, 2009). Com o desenvolvimento de vários ramos das ciências humanas e da psicologia, estas teorias foram sendo questionadas. Uma das principais bases para as críticas à ideia essencialista da identidade surge na psicologia de Erik Erikson onde defende que o processo de formação da identidade no indivíduo é contínuo, iniciando-se em seu

nascimento até a sua velhice ou morte, ou seja, não se encerra ao final da adolescência e início da vida adulta como acreditavam outros teóricos da psicologia de sua época (DUBAR, 2005). A dinâmica e diversidade das sociedades do pós-guerra contribuíram ainda mais para demonstrarem o movimento e pluralidade das identidades individuais e a complexidade da formação destas. A partir do qual fez surgir na teoria social uma abordagem de identidade relacional.

Para Canclini (2013, 2007a) não é só a diferença cultural que está no jogo, mas as forças e acessos dos indivíduos ao simbólico. Existem culturas dominantes que exclui ou subordina as diferentes culturas que não possuem forças e acessos (CANCLINI, idem). Um aspecto importante nas relações de poder visualizado por Canclini (2013, 2007a, 2007b) é que não nega o poder de reação dos grupos dominados. As relações sociais são desiguais, mas são vias de mão dupla. Mesmo que a reação dos grupos menos favorecidos não permita sair por completo da situação de exclusão e submissão, a cultura será alterada pela reação. De modo que a produção da cultura é a interação entre os grupos dominantes e os dominados, não simplesmente a imposição dos dominantes sobre dominados. É preciso levar em conta as desigualdades nos estudos acerca de cultura, mas sem apagar os grupos dominados.

De modo que buscamos identificar qual a reação do estigma tendo como pano de fundo a construção das identidades desses trabalhadores. A condição de trabalhadores oleiros somada à situação de vulnerabilidade social orienta de certa forma a um sentimento de pertença, que é mais visível diante do possível estigma.

As olarias da região do PARNASI produzem tijolos e telhas em pequena escala através de uma produção manufatureira. Concentram-se principalmente no povoado Rio das Pedras. O estabelecimento no local se deu na década de 50, essas foram atraídas pelos recursos naturais abundantes na região, em especial madeira e argila (MENDONÇA, 2012), ou seja, é uma atividade relativamente nova na área.

Atualmente atendem, na maioria das vezes, demanda das proximidades, pois segundo um dos oleiros em entrevista a baixa qualidade dos seus produtos e a pequena quantidade de produção são impedimentos para comercialização com empresas de construção civil.

Os trabalhadores em geral são os proprietários e seus familiares, só algumas olarias maiores usam mão-de-obra externa. Existem olarias que funcionam com apenas

o trabalho do proprietário, funcionam próximas à residência da família do proprietário ou no quintal das mesmas. Geralmente o barro usado na mistura é tirado do próprio terreno onde se localiza a olaria e a residência. As casas são residências simples e os oleiros possuem apenas os níveis iniciais de escolaridade.

Não possuem registros de funcionamento junto a órgãos públicos e nenhum trabalhador tem sua carteira registrada, tampouco equipamentos de proteção individual (EPI) ou qualquer medida de segurança contra acidentes, apesar da insalubridade do local. Destaca-se, ainda, que as olarias funcionam na informalidade, e seus trabalhadores são desprovidos do amparo das leis trabalhistas. É um trabalho marcado pela vulnerabilidade social e fuga ao desemprego.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram usados métodos qualitativos, pois são os mais apropriados para responder perguntas sobre “o como” e/ou entender o processo pelo qual tal fenômeno ocorre (CAMPBELL, KATONA, 1978). Os instrumentos de coletas de dados primários foram: entrevistas e participação nas reuniões promovidas pelo GEPPIP com as associações de moradores dos povoados do entorno do Parque conjuntamente com observação não participativa. As reuniões do GEPPIP com as associações de moradores ocorreram apenas nos povoados que tinham associação de moradores no caso Ribeira, Bom Jardim e Rio das Pedras. A observação foi realizada nas reuniões e nas entrevistas, pois na prática as entrevistas são sempre acompanhadas da observação (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1992).

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas seguindo um roteiro com algumas questões de partidas sobre os temas de interesse do pesquisador. Foi deixado que o entrevistado falasse a vontade sem grandes intervenções do entrevistador apenas interferindo para que o assunto chegasse aos temas de interesse (KANDEL, 1980), dando mais liberdade para o entrevistador conduzir as entrevistas, pois à medida que decorrer a narrativa foi sendo colocadas questões que levantassem informações relevantes a atender as perguntas da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas quando permitidas pelos interlocutores para melhor registro dos detalhes, as entrevistas que não eram gravadas foram registradas em um diário de campo (BEAU, WEBER, 2007). O pesquisador foi a campo com leituras teóricas e com uma problemática e hipóteses definidas (BEAU, WEBER, 2007; QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992). Tendo em mente que os relatos por si só não

expõem os problemas, sempre será necessária à interpretação do pesquisador a luz da teoria (LANG, 2000).

A entrevista acerca de pontos específicos da pesquisa, por demandar menos tempo, permite ao pesquisador buscar mais depoimentos e com isso compara-los. Como essa pesquisa teve como proposta comparar a fala de vários atores sociais, a princípio, foi trabalhado com relatos orais. Ouvir a fala dos oleiros é dar voz a um grupo até então silenciado sobre a criação do Parque e a relação entre comunidade e a serra, seus usos e significados.

Para os estudos dos processos identitários o depoimento de cada indivíduo se mostra pertinente uma vez que são vistos como portadores da cultura, valores e significados. Como no texto transcrito de Guy Michelat (1980) abaixo.

Partimos da hipótese de que cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e que é representativo delas. Compreendemos aqui por cultura o conjunto das representações, das valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos visados... (MICHELAT, 1980, p. 194).

O recorte empírico da pesquisa que deu origem a essa dissertação foram os moradores do povoado Rio das Pedras, ligados ou não ao trabalho das olarias, com a intenção de registrar a fala dos oleiros sobre suas condições diante do povoado e a fala dos interlocutores mais diretos sobre estes trabalhadores. Os interlocutores diretos são entendidos aqui como moradores do povoado, incluindo os ceramistas e os representantes dos órgãos de fiscalização ambiental.

Foram realizadas seis entrevistas formais com oleiros e uma com um trabalhador que tomava conta de uma olaria e já havia trabalhado nas cerâmicas. Também foram entrevistados seis moradores, e suas residências foram escolhidas de forma aleatória no povoado. Mantendo uma distância de no mínimo dez casas entre elas, para que não fossem realizadas as entrevistas em apenas uma região do povoado (GOOD, HATT, 1979). Outro grupo entrevistado foram os ceramistas, destes foram duas entrevistas uma com o proprietário de uma cerâmica recente, com menos de dois anos de funcionamento, e outra com o administrador de uma grande cerâmica com mais de dez anos de funcionamento. Por fim o último grupo foi com os representantes dos órgãos ambientais envolvidos na fiscalização do Parque, são eles: o gestor do PARNASI, Sr. Marleno, o chefe de fiscalização do IBAMA no estado de Sergipe e o superintendente de fiscalização da ADEMA, o Sr. Leão.

As entrevistas nas olarias e com moradores foram realizadas sem intermediários, devido a tentativas frustradas de contato com possíveis intermediários, como o antigo presidente da, já extinta, Associação de Moradores do Povoado Rio das Pedras, chamado de Seu João. Dessa forma as entrevistas nas olarias foram feitas com visitas sem aviso prévio, com olarias que foram encontradas pelo pesquisador durante passeio no povoado ou com indicação dos moradores sobre onde as localizar.

Não houve resistência às entrevistas, pois todos os donos de olarias que abordei não se recusaram a dar entrevistas, apesar da desconfiança. Também não foi difícil localizar os donos das olarias já que sempre estavam trabalhando no local ou nas proximidades e as visitas ocorreram durante as horas de trabalho, das sete horas até o meio dia de segunda a sábado. Entretanto, poucos permitiram que a entrevista fosse gravada.

Segue a lista de oleiros entrevistados<sup>3</sup>, em que os depoimentos foram usados nesse artigo: “Seu Nesto”, “Seu Ricardo”, “Seu Tomás”, “Dante” (filho de seu Tomás), “Dona Simone” e “Seu Edgar”. Além desses também usaremos nomes de pessoas da comunidade: “Dona Mercedes”, “Dona Hilde”, “Dona Carla” e “Dona Catarina”. Na dissertação foram feitas quinze entrevistas com oleiros e com a comunidade, mas nesse artigo só usamos dez depoimentos.

## **2. Análise dos resultados**

O conceito de “estigma” de Goffman (2004) nos ajuda a discutir a situação da ilegalidade e que pode ser utilizado com o conceito de identificação. Já que as identidades que são nomeadas pelas identidades dominantes são colocadas em situação próxima ao conceito de estigma. Neste caso estar fora da legislação ambiental os coloca como ilegais. As atividades de oleiros estão localizadas entre dois lugares, são ilegais mais os órgãos públicos os deixam funcionar pela situação de pobreza. A ilegalidade dos trabalhadores funciona como uma rotulagem, uma marca exterior, ao qual não podem sair, ou seja, um processo estigmatizante recai sobre os trabalhadores. No estigma um grupo sofre desvalorização, pelos demais grupos, por alguma/s

---

<sup>3</sup> Foram criados pseudônimos em vez de usarmos os nomes verdadeiros dos interlocutores

características específicas que possuam (GOFFMAN, 2004), no caso, não estarem de acordo com a legislação.

A partir das entrevistas, contatos e os dados levantados pelo questionário com moradores da região mostram que os entrevistados concordam com a importância da conservação do meio ambiente e acham a ação necessária, entretanto, alguns moradores, durante a aplicação do questionário GEPPIP discordaram em parte das ações do IBAMA. Para eles o IBAMA permite que as indústrias extraiam grande volume de recursos por pagarem altos valores pelas licenças ambientais e que as autuações só ocorram para os pequenos trabalhadores, que não podem pagar pela licença ambiental.

Os trabalhadores, na visão da comunidade, só fazem a retirada ilegal por necessidade. Os moradores de Bom Jardim em reunião com o GEPPIP, que ocorreu em 2012 na associação de moradores, relataram o caso de um extrator de pedra que teve suas ferramentas confiscadas pelo IBAMA, para eles o extrator era um pai de família que precisava sustentá-la.

Em outro relato de um morador, em uma situação ocorrido logo após a criação do Parque, afirmava ter trabalhado para as cerâmicas enchendo caçambas à noite, tocavam fogo de um lado da reserva para chamar a atenção do IBAMA e iam tirar areia do outro lado da serra, afirmou que sabia que era errado, mas justificou que necessitava sustentar sua família. Tanto a comunidade como os trabalhadores aceitam a ideia de que se deve preservar a natureza, mas alegam que quem pratica essas ações o fazem por necessidade.

Parte da população das comunidades do entorno vêm os órgãos ambientais como rígidos com os pequenos que são os menores causadores de impacto, apenas por não pagarem taxas caras de legalização, ou seja, na visão da comunidade o IBAMA é injusto e não prioriza o meio ambiente já que permite as atividades das indústrias da região. A imagem de injustiça referente a ações do IBAMA aparece mais no povoado de Bom Jardim, onde a população foi mais arredia em falar desse assunto durante a aplicação do questionário GEPPIP na comunidade. O Bom Jardim é uma comunidade mais próxima do limite do Parque e parte das propriedades se encontram dentro deste. Daí o porquê o povoado tem uma imagem mais negativa do IBAMA que o povoado Rio das Pedras. Extrair pedra no fundo de casa no Bom Jardim é vetado pelo ICMBio,

mas a retirada de argila e barro dos fundos de olarias no Rio das Pedras não é vetado justamente por essas olarias se encontrarem na região do entorno e não dentro do Parque como acontece com Bom Jardim (ENNES et al, 2009).

Em todo relato da população de Bom Jardim também aparece um mito, da mesma forma que no Rio das Pedras, sobre taxas da legalização, é unânime que o valor pago pelas cerâmicas é exorbitante e que “só os grandes podem pagar”. Entretanto sabe-se que não existem tais taxas no processo de licenciamento da ADEMA, o que ocorre é um boato nas comunidades e eles acreditam piamente, pois foram pessoas de “confiança”, de cada entrevistado, quem os informaram.

Nos depoimentos de trabalhadores que extraem areia pode-se verificar que esta atividade tem sido realizada à noite<sup>4</sup>, há resistência de agricultores em responderem aos questionários no povoado Bom Jardim, confisco de insumos de olarias no povoado Rio das Pedras, além dos relatos que extratores de pedras tiveram seus equipamentos confiscados demonstram que de fato existe a ideia de ilegalidade nas atividades desses trabalhadores e alteração no modo de desenvolvê-las, mas ao mesmo tempo é permitido seu funcionamento pelos órgãos públicos devido à situação de pobreza. O trabalho honesto e pesado que sempre os diferenciavam dos desocupados ou criminosos, agora passa a uma situação de indefinição e ambivalência, um local híbrido entre o ilegal e o legal. O discurso de alguns dos trabalhadores é que sabem que é errado, mas é a única alternativa para sustentarem a família. O trabalho que é tido como errado é uma alteração do valor do trabalho daquelas comunidades.

O local social dos oleiros, ou seja, o sentimento de pertencimento/despertencimento a grupos sociais que os identifiquem é criado nas relações com os outros integrantes da comunidade e está sujeita as relações de poder que envolve as disputas dos grupos por bens simbólicos e materiais.

A fala dos donos das cerâmicas é de que elas estão dentro da lei diferentemente das olarias. Aparece então a ilegalidade como um dos demarcadores de identidade entre olaria e cerâmica. Caso parecido ocorre entre os pequenos agricultores e as plantações de eucalipto, pois no “pé” das serras que formam o Parque, ou seja, dentro do que seria o Parque é fácil avistar plantações de eucalipto uma planta que além de exótica não é recomendada em áreas de preservação, pois extrai grande quantidade de água dos solos

---

<sup>4</sup> O desmatamento a noite é um agravante segundo a lei Nº 9.605 (BRASIL)

podendo causar seu empobrecimento. A presença desta espécie de planta indica que na serra se fazem presentes atividades de agricultura seguindo práticas não sustentáveis ecologicamente.

As cerâmicas se utilizam do discurso de que funcionam dentro das normas ambientais e fiscais, para evidenciarem diferenças da natureza de suas atividades, procuravam assim, se diferenciar das olarias. Já as comunidades dos povoados do entorno não absorveu por completo esse discurso, existe uma aceitação da ideia de que os trabalhadores fazem um trabalho ilegal, mas ao mesmo tempo tem uma compreensão sobre a situação, pois declaram que estes fazem por necessidade e que o IBAMA é injusto com estes.

A situação dos trabalhadores é diferenciada sobre cada tipo de trabalho e suas particularidades. A situação dos agricultores e pecuaristas está ligada a ausência de desapropriação e indenização pelo governo federal, impossibilitado aparentemente pela falta do plano de manejo com as delimitações do PARNASI. Já os extratores de recursos minerais e olarias a principal dificuldade está em regularizar a extração e a instalação de filtros nas chaminés.

Na fala dos trabalhadores concebem seu ofício como difícil, as principais dificuldades para os oleiros, citadas nas entrevistas, estão relacionadas a baixos preços de vendas, concorrência de outros estados, mão de obra e em alguns casos citaram a ausência de boa matéria prima.

A dificuldade mais recorrente nas entrevistas está relacionada ao ganho baixo nas vendas e a concorrência com telhas de “fora”, como diz Dona Simone, ou “telhas vermelhas do Rio Grande do Norte” como é dito por Seu Tomás e seu filho Dante. Alguns relatos mostram as mesmas reclamações. Dona Simone “A desvantagem (de trabalhar na olaria) é que ganha pouco”. Seu Carlos disse “não é muito (a renda) ganha 300 à 500 por forno o dono”. Seu Tomás disse “Trabalhador (para a olaria) é difícil é mais para o dono e a mulher pela comida”

Os oleiros vêm desvantagens no seu ofício por ganharem pouco, o fazem por falta de opção. Como aparece nas seguintes falas: Seu Tomás “Trabalha, pois não tem jeito tem de comer, não tem outro trabalho”, Seu Ricardo, outro oleiro “tenho vontade de mudar”, Seu Carlos “O interesse de mudar de vida todo mundo tem, mas não tenho estudos, ai não tem como não” e Dona Simone “já pensei, tinha que ter pensado antes,

mas agora não dá tenho dois filhos.”e “ se conseguisse um salário saía, é que ganho pouco”.

A baixa escolaridade é um dos principais motivos que alegam não terem condições de mudarem de ofício. Há uma descrença que seja possível que eles consigam outro meio de vida. Existe a valorização do saber fazer do trabalho na olaria é uma forma de segurança ao desemprego ou a situações ainda piores de sustento.

O baixo retorno financeiro é um dos principais motivos que eles vêm para não obterem boa mão de obra, pois não conseguem pagar um salário mínimo para os trabalhadores e consecutivamente registrar as carteiras de trabalho. Seu Tomás “trabalha mais parente, não dá para pagar salário”, ou como Seu Carlos percebe “As pessoas (olarias) não tem condições o dinheiro é pouco demais” ou “se for para se registrar (a olaria) e assinar a carteira não aguenta não, só se aumentar o preço do tijolo, mas se aumentar ninguém compra.”.

Apesar da insatisfação com o seu trabalho, percebem trabalho na lavoura como sendo mais difícil que das olarias como aparecem nesses fragmentos de depoimentos, Seu Tomás disse que “Tenho irmão na lavoura, mas é um trabalho difícil.”. Seu Edgar, Dona Simone e Seu Ricardo concordam que o trabalho no campo era mais pesado e dava menos dinheiro que na olaria. Dona Mercedes quando perguntei se ela gostava de ter trabalhado nas olarias: “gosto, qualquer trabalho é bom, (pausa) é melhor do que na roça, trabalhar no sol o dia todo.”, ela já tinha trabalhado na adolescência na lavoura, e acrescenta “A roça tá muito difícil”. O trabalho na olaria não é visto como pesado como relata Dona Mercedes: “pra mim não era pesado”

Existem vantagens e valores positivos no trabalho das olarias segundo os oleiros. Primeiro ponto é a estabilidade, pois como Seu Carlos que afirmou não ter dificuldade para achar comprador e Seu Nestor afirmou que gosta do seu trabalho porque não falta serviço. O domínio da técnica de oleiro que proporcionou a estabilidade diante do risco de ficarem desempregados.

Na visão dos moradores o trabalho das olarias e cerâmicas é positivo por trazerem trabalho e renda para a população da região, em especial para aqueles que não possuem capacitação, inclusive acreditam ser o motivo de existir migração local. Alguns depoimentos revelam essa forma de pensar. Dona Carla quando perguntada o que acha do trabalho na olaria, respondeu que “Pra mim não é bom, mas é um meio de

vida principalmente aqui no povoado. Assim Rio das Pedras é o maior povoado com mais renda por causa das olarias e cerâmicas... se acabar as cerâmicas acaba com o trabalho, inclusive meu marido que é caminhoneiro nas cerâmicas”.

Essa visão aparece também em outras entrevistas como a de Dona Catarina quando falou o que achava do trabalho nas olarias “é bom, importante pra quem não estudou, é bom, sou contra não, falar a verdade”. Ou no depoimento de Dona Mercedes “dá emprego, é bom se você não tem estudo para um serviço bom, é o único que tem.” e “A sorte da população são as olarias e cerâmicas, se fechar as cerâmicas e as olarias, vai muita gente morrer de fome”, “por que ninguém sabe trabalhar de outra coisa”. Os moradores entrevistados estão sempre ligando o desenvolvimento local e oportunidades para pessoas menos favorecidas com as olarias e cerâmicas. O trabalho na olaria não é visto como um ótimo emprego como apareceu na fala de Dona Carla quando diz: “não é bom pra mim, mas para a comunidade” ou na fala de Dona Mercedes que diz: “é bom para quem não tem como conseguir um emprego bom não ficar sem renda”.

O trabalho de oleiro aparece como melhor em relação ao da lavoura como é possível ser visto na fala de Dona Hilde sobre a infância na lavoura com os pais “Era maior sofrimento fazendo farinha e quebrando pedra pra não passar fome”

Trabalhar com amigos e parentes de forma descontraída e informal também aparece nos depoimentos como positivo. Como relata Dona Simone, que gosta do trabalho por se reunir com os amigos e conversar durante o trabalho. Seu Carlos declarou que um dos motivos que não gostava do tempo de trabalhar nas cerâmicas foi a pressão que o gerente fazia, para ele era “... um enjoo, o gerente toda hora no pé querendo que faça coisa...”. O modo de produção informal acaba sendo mais um ponto positivo no trabalho da olaria.

Outro ponto positivo que aparece nas entrevistas é o trabalho na olaria como mais “leve” que o trabalho do campo ou nas cerâmicas. Como Dona Simone que trabalha na olaria diz que “O trabalho não é pesado pra mim” ou Dona Mercedes que diz preferir o trabalho na olaria que no campo. Um dos discursos dos interlocutores para a ausência do trabalho de mulheres na linha de produção é, exatamente, por esse trabalho ser visto como mais pesado.

## **Considerações finais**

Os oleiros estão em um local híbrido não são criminosos, mas também não são mais os trabalhadores como antes, pois tem em seu trabalho uma relação tensa com os órgãos públicos. A ilegalidade é mais um elemento que se soma a desigualdade de uma comunidade simples com trabalhos em situação precária.

O que a pesquisa pôde verificar que o estigma de ilegalidade recai sobre os oleiros, mas reação dos oleiros e comunidade do Rio das Pedras a ilegalidade aparece ao afirmarem que o trabalho na olaria é realizado por necessidade e não por desrespeito às leis. Os oleiros somente poderão sair da ilegalidade quando conseguirem recursos suficientes para transformar suas olarias em pequenas cerâmicas.

Tanto a comunidade como os oleiros apontam aspectos positivos no trabalho nas olarias, e não apenas pontos negativos. As olarias trouxeram desenvolvimento para a região, eles atribuem a elas o crescimento econômico da região, de fato é o povoado com melhores indicadores econômicos, é um trabalho menos pesado que a agricultura e melhor remunerado, mesmo sendo uma atividade que se ganha pouco ainda se recebe mais que na agricultura, esse argumento é relatado várias vezes em diferentes entrevistas. Além disso, é visto como um trabalho “duro” e necessário que salva muita gente do desemprego e da fome.

Todos valores sobre as olarias que aparece na fala dos oleiros e da comunidade busca mostram o lado positivo do trabalho em que eles estão envolvidos e mostra ainda que não assimilam completamente o discurso exterior, discordam de uma criminalização, mesmo compreendendo os problemas existentes com essa atividade. Remete a Canclini (2013) quando afirma que a dominação simbólica não é completa sempre terá uma reação, por menor que seja.

## **Referência**

BEAU, S. & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, RJ.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, Lei nº Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006.

---

CAMPBELL, A. & KATONA, G. La Encuesta por Muestreo: Una Técnica para La Investigación en Ciencias Sociales. In: **FESTINGER & KATZ. (org): Los Metodos de investigación en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires. 1978, Cap. 1, 31 - 66.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade**. 4ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

\_\_\_\_\_. (a) **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, RJ.

\_\_\_\_\_. (b) **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007, SP.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996, SP.

\_\_\_\_\_. **O nosso lugar virou parque: Estudos sócio-ambiental do Saco de Mamangá- Paraty - RJ**. São Paulo: HUCITEC, 1994, SP.

DUBAR, C. **A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação**. 1º ed. São Paulo: Edusp, 2009, SP.

\_\_\_\_\_. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, SP.

ENNES, M. A. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. **Cadernos CERU**. São Paulo, v. 21, p. 129-143, 2010.

ENNES, M. A.; NASCIMENTO, L. M. B.; OLIVEIRA, M. S. “Arrancar Inhamê”: Entre a Ilegalidade e a resistência. **Scientia Plena**. v. 5, p. 2-8, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**.

[1981] 4 ed. São Paulo. 2004, SP.

GOOD, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1979, SP.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10º ed. São Paulo: DP&A. 2002, SP.

\_\_\_\_\_. Quem Precisa de Identidade? In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes, 2011, RJ.

KANDEL, L. Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião. In: **THIOLLENT, M. J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Poli, 1980, Cap. 3, p. 169- 189, SP.

LANG, A. B. S. G. Trabalho com História Oral: Reflexões sobre Procedimentos de Pesquisa. **Cadernos CERU (USP)**. Nº 11, p. 123-72, 2000.

MENDONÇA, M. M. **(DES/RE) Territorialização e Questão Ambiental Olarias e Cerâmicas no Contexto da Criação do Parque Nacional "Serra de Itabaiana/SE"**. Aracaju, SE, 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

MICHELAT, G. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In:

**THIOLLENT, M. J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.** São Paulo: Editora Poli, 1980, Cap. 4, 191 – 211, SP.

MMA. **Parque Nacional Serra de Itabaiana Sergipe.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/localizacao/parques-nacionais-e-reservas-ambientais/parque-nacional-serra-de-itabaiana>> Acessado em 19 de jul 07 de 2013.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Relatório consulta unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119&idConteudo=9677&idMenu=11809>> Acessado em março de 2011.

MORIN, E. **O Método IV: A sua Natureza, Vida, Habitat e Organização.** 1º ed. Portugal: Europa-América, 1991.

QUIVY, R. & VAM CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais.** 1º ed. Lisboa: Gradiva, 1992.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 4ºed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SERRA DE ITABAIANA. **Parque Nacional da Serra de Itabaiana.** Disponível em: <<http://serradeitabaiana.blogspot.com.br/>>. Acessado em 19 de jul de 2013.

SCHETTINO, S. C.; ENNES, M. A.; BASTOS, I. A. H. **A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade no Povoado Mundés.** Anais do Congresso Brasileiro de Ecologia. São Lourenço, set 2009.

SILVA, T.T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.

SNUC. **Unidades de Conservação do Brasil.** Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&contedo=./snuc/categorias1.html>> Acessado em 26 de jul de 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.